

Os economistas do outro lado

UM dos problemas gerados pelas complicações dos negócios do Estado e do país é que repórteres tendem a se tornar aprendizes de economistas. Não há quem resista a esse impulso. E eis-nos mais uma vez a entrar num terreno em que me inscrevo entre os leigos mais humildes. Mas informação sempre existe, e a liberdade de avaliação e de crítica tem limitações pouco controláveis.

Sabe-se — ou disso dão notícia os especialistas — que as autoridades financeiras cogitam de sustar a anomalia de um país como o Brasil dedicar anualmente 5% do seu Produto Nacional Bruto ao pagamento de juros aos bancos internacionais, com evidente sacrifício dos investimentos no desenvolvimento da economia brasileira. Há no governo quem se dedique ao assunto, a estudar proposições a serem discutidas com os interessados, entre os quais está aparentemente excluído o FMI, desde que a senhora Jul perdeu a credencial que lhe dava ingresso livre ao Palácio do Planalto.

Mas, fora do governo, ou do outro lado dos economistas que continuam valorizados na comunidade científica, também estuda-se a problemática dívida externa — pagamento de juros — crescimento econômico interno. Na liderança dessa corrente permanece o senador Roberto Campos, que, aliado ao professor Gouveia de Bulhões, deu o grande salto de 1964, com a contenção da inflação da qual se acusa ter sido o principal ingrediente o achatamento salarial. Em seguida, o ministro Hélio Beltrão, no Planejamento, e o ministro, que então subia ao primeiro plano, Delfim Neto, na Fazenda, “humanizaram” o processo que levava a uma recessão inaceitável. As circunstâncias da economia mundial e, internamente, a concentração de poderes no Executivo, em função do Ato 5, deram a Delfim (Beltrão pôs-se de fora) o controle do “milagre brasileiro”, um crescimento sistemático e inédito da economia brasileira.

O mesmo Delfim iria pagar sua glória com o castigo de presidir ao mais dramático surto inflacionário, fundado na indexação geral da economia e no descontrole dos gastos públicos, incentivados por projetos grandiosos, de que há notícia em nossa história. Tancredo Neves pretendia disciplinar a inflação pelo corte nos gastos públicos e a negociação externa fundada em outros níveis de credibilidade. Sua morte deu lugar a Sarney, que, apesar de suas origens, pretendia liquidar os resíduos da política delphiniana, demitiu o ministro Francisco Dornelles e descobriu, na sua conexão paulista, o empresário e engenheiro Dilson Funaro que alterou a colocação dos problemas. A economia aqueceu-se, os salários recuperaram ganhos, o consumo ampliou-se, mas a inflação ameaçou disparar a níveis celestiais.

Na sua rétuaguarda, o ministro João Sayad deixara na reserva técnica uma equipe de economistas de alto padrão intelectual, seus antigos companheiros de doutorado nas universidades americanas, e armou um esquema de estabilização que, incentivado por Sarney, em 18 dias ganhou forma e, endossado por Funaro, foi lançado sobre a Nação, que o recebeu como quem recebe a salvação. Alguns problemas estão resolvidos ou parecem resolvidos. Mas restam outros, como o do excesso de dispêndio para pagar os juros da dívida externa.

Aí ressurgiu a equipe que, ao longo do seu percurso, Delfim foi deitando ao mar. Entre eles, o sr Carlos Langoni, presidente do Banco Central até o momento em que discordou de uma das cartas de intenção que o ministro do Planejamento mandava ao FMI. Para ele, seus termos eram inexequíveis, e seu texto comprometeria a credibilidade do governo. Pois é Langoni quem ressurgiu agora nos bastidores, discutindo com o ministro Sayad e com seus trintões a proposta de oferecer aos credores internacionais a transformação da dívida em ações preferenciais, sem direito a voto.

Tal idéia tem emergido também na área do governo, mas Langoni, de trânsito internacional, discutiu em escalões avançados, até mesmo com Volker, que o estimulou a vender a idéia ao governo brasileiro. O país nada teria a perder e sua soberania não ficaria afetada com a transferência de ações trocadas por dívidas, pelas quais não pagaríamos juros. Passaríamos a pagar apenas dividendos, quando os houvesse. Langoni está convencido de que a banca mundial é sensível a essa proposta e indica interesse em participar na grande empresa brasileira.

O senador Roberto Campos concorda com a proposta, embora prefira seu pleno liberalismo econômico, de permitir o investimento indiscriminado do capital estrangeiro e multinacional (o Brasil é hoje sede de algumas grandes multinacionais nascidas aqui, como a Petrobrás), único meio para adquirir tecnologia e recursos para o pleno desenvolvimento de uma nação que para chegar ao ponto a que deve chegar precisa apenas libertar-se dos seus preconceitos xenófobos.